

IRREGULARIDADES

Trambique do "grosso", na LIMPURB, tem grana alta na conta de esposa de ex-secretário na época de EP

Foto Divulgação

Esposa de grandão NA LIMPURB embolsou até 176 mil reais, até hoje polícia tenta localizar grana paga

Um inquérito da Polícia Federal aponta que Carine Luckman, corretora de imóveis e esposa do ex-secretário de Cuiabá Júnior Leite, recebeu aproximadamente R\$ 176 mil em sua conta bancária, por meio de depósitos feitos pelo empresário Antônio Fernando Ribeiro Pereira, proprietário da LogLab Inteligência Digital Ltda.

05



MT consolida liderança nacional no combate ao crime e na valorização das forças policiais

Sob gestão do governador Mauro Mendes e do Coronel César Roveri, o Estado vem se tornando referência em segurança pública e enfrentamento às facções criminosas

07



SENDO PERSEGUIDO

Ex-presidente afirma que atual gestão da Unimed financiou ações para difamá-lo

O ex-presidente da Unimed Cuiabá, Rubens de Oliveira, ampliou as críticas à atual gestão da cooperativa, presidida por Carlos Eduardo Bouret, e afirmou ser vítima de uma campanha de perseguição e difamação. Em entrevista, Rubens acusou o atual dirigente de manipular informações com o objetivo de atribuir à administração anterior a responsabilidade por supostos prejuízos e irregularidades.

Foto Divulgação



07

TURISMO E GASTRONOMIA

Mirante das Águas une culinária regional, natureza e hospitalidade em Várzea Grande

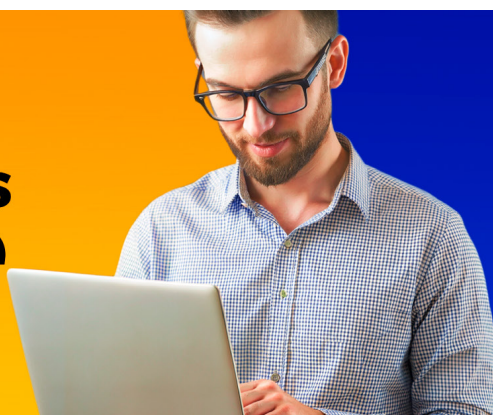
Às margens do Rio Cuiabá, em Várzea Grande (MT), o restaurante Mirante das Águas se consolidou como um dos principais pontos gastronômicos e turísticos da região metropolitana. Unindo natureza exuberante, culinária cuiabana e um ambiente acolhedor, o espaço nasceu de um sonho e se transformou em referência para quem busca boa comida e tranquilidade.

Foto Divulgação



08

UM MILHÃO/MÊS DE ACESSOS



ANDRÉ NAVES- DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL

O Brasil sangra e a alma pesa

Brasil: um país em que a esperança é o último refúgio e nunca morre. Apesar disso, a fé na justiça se desmonta cotidianamente em um violento jogo. A vala fria da desesperança sempre nos aguarda, como um abismo que desconcerta e atrai.

Os eventos que mancharam de sangue as comunidades do Rio de Janeiro, deixando um rastro de mortos que choca e entorpece a alma, não são apenas estatísticas frias de um confronto. São chagas de uma falha profunda, sistêmica, que se repete dolorosamente em nosso tecido social. E o mais cruel é perceber que, em meio a essa tragédia, muitos, com a melhor das intenções, acabam por celebrar a barbárie.

Há uma falácia perigosa que se alastra, como erva daninha no terreno fértil da indignação. A ilusão de que operações policiais desastrosas, mal planejadas e focadas unicamente em “subir o morro” para um embate direto, resolverão o intrincado problema da criminalidade. É a carença ingênua, porém devastadora, de que a violência estatal, exercida de forma bruta e desmedida, é a resposta definitiva.

Esse é o ponto onde a boa intenção se desvia do caminho, pavimentando a estrada para o inferno da chacina, do extermínio, da injustiça. As ruas clamam por segurança, os corações clamam por paz, mas a forma como buscamos essa paz define se a encontraremos ou se afundaremos ainda mais no caos e na lama sangrenta.

Não se trata de negar a necessidade da presença do Estado, nem de romantizar a criminalidade. Longe disso. O Estado precisa e deve estar presente em cada recanto do território brasileiro, especialmente nas comunidades mais excluídas, nas periferias esquecidas, nos bolsões de vulnerabilidade. A questão fundamental é: como o Estado chega? Quando a única face que se mostra é a do fuzil, a do Caveirão, a da bala perdida e da vida massacrada, o que se constrói não é segurança, mas sim um ciclo vicioso de dor, vingança e deslegitimação de qualquer autoridade.

O Estado, ao chegar apenas com a violência, fecha os olhos para o problema maior, para a raiz do mal que aniquila a nossa sociedade.

É preciso ter a coragem de olhar para o espelho da realidade e questionar: onde está, de fato, a criminalidade que verdadeiramente desestabiliza o país, que corrompe as instituições e que tece a teia da impunidade? Não, ela não está predominantemente nas vielas estreitas das favelas, nos barracos humildes onde a vida pulsa com sacrifício e resistência. As lideranças do crime, do crime organizado em sua essência mais perversa, não se escondem nos becos da miséria, nas biqueiras sujas. Elas habitam os bairros nobres, os grandes centros financeiros das cidades, os suntuosos palácios políticos, as altas esferas do poder econômico.

Os exemplos são eloquentes e se erguem como monumentos à nossa cegueira coletiva. Lembremos da maior operação de apreensão de fuzis já realizada no Rio de Janeiro. Aconteceu onde? No asfalto, no Condomínio Vivendas da Barra. Foi uma operação de inteligência, meticulosamente planejada, que resultou na apreensão de um arsenal sem que uma única vida fosse perdida, sem que um único tiro fosse disparado. Contrastemos isso com a brutalidade das chacinas nas comunidades, onde dezenas de vidas são perdidas em embates sangrentos, gerando luto e revolta, mas raramente desmantelando as verdadeiras estruturas do crime.

Ou ainda, os quarenta bilhões de reais das organizações criminosas que foram descobertos e bloqueados em operações focadas em seguir o dinheiro, em desmantelar a lavagem e a corrupção em alta escala. Não na favela, mas nos centros financeiros, nos esconderijos de luxo que abrigam os verdadeiros operadores do crime. Percebam que uma série de leis e políticas são, por vezes, elaboradas não para combater o crime, mas para acobertá-lo, para expandir o sentimento de impunidade, para proteger interesses

escusos. É nesse emaranhado de interesses que a verdadeira batalha contra o crime deve ser travada, com inteligência, estratégia e um compromisso inabalável com a ética e a legalidade. A matemática da barbárie é cruel e implacável. Alguém realmente acredita que a criminalidade será enfrentada, de forma eficaz e duradoura, com extermínios em massa? A tragédia dos cento e vinte e cinco que, miseravelmente, faleceram ontem, já tem seu triste epílogo. Essas vidas, por mais que lamentemos sua perda, já foram substituídas pelas engrenagens frias e implacáveis do tráfico de drogas e do crime organizado. A lógica perversa do crime não para. Ela se realimenta da miséria, da exclusão, da ausência do Estado. Para cada vida destruída na favela, há outras cem esperando a oportunidade para serem cooptadas por um sistema que se aproveita da desesperança.

O verdadeiro combate à criminalidade passa por desatar esses complexos nós. É preciso seguir o dinheiro, as rotas do armamento, as redes de corrupção que permitem a existência e a expansão dessas organizações criminosas. É preciso uma inteligência de Estado robusta, despolitizada, apartidária, que trabalhe em conjunto, articulando as forças de segurança de todos os entes federativos — Estados e governo federal — em uma estratégia coesa e de longo prazo. Mas, acima de tudo, o Estado precisa chegar nas comunidades com a sua face mais humana, mais essencial: a da Cidadania. É lá, onde a ausência do Estado é mais sentida, que ele precisa se manifestar com serviços públicos de qualidade. Educação que abre portas para o futuro, saúde que cuida da vida, saneamento básico que garante dignidade, coleta de lixo e zeladoria que demonstram respeito, cultura que enriquece a alma, oportunidades de trabalho que resgatam a esperança.

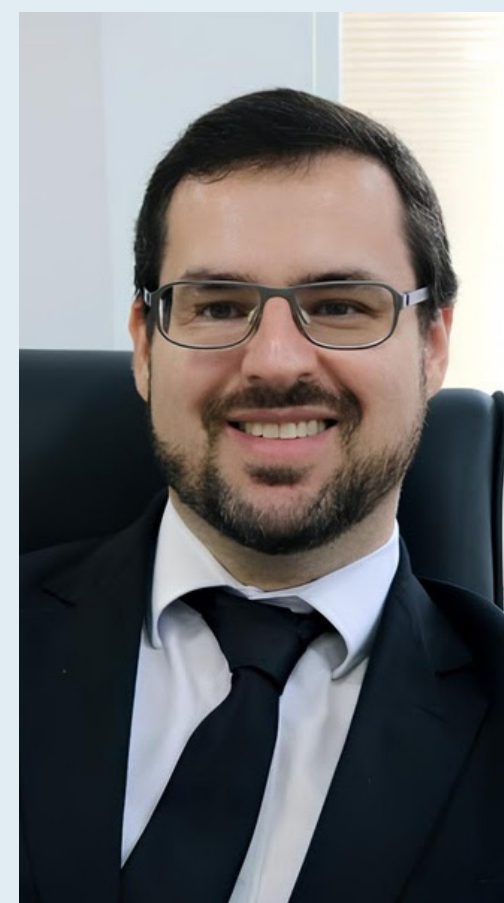
É nesse solo fértil de direitos que se planta a verdadeira segurança. É lá que se constrói uma barreira intransponível contra a coação do crime.

Os Direitos Humanos não são um obstáculo ao combate à criminalidade; são a bússola que nos impede de nos perdermos na escuridão da violência. Direitos

Humanos de verdade significam que a vida importa, que a justiça importa, que a dignidade de cada indivíduo importa, independentemente de sua origem, cor ou condição social. Significa que o Estado tem o dever de proteger seus cidadãos, e não de exterminá-los em operações desastrosas.

É tempo de olharmos para onde o crime realmente está e levarmos, sim, condições de vida para a favela, para as comunidades. Condições de vida, não condições de morte. Condições de florescer, não de definhir. A criminalidade será enfrentada não com extermínio, mas com a construção incansável de uma sociedade mais justa, mais igualitária e, sobretudo, mais humana. O grito que ecoa das comunidades não é um pedido de trégua, mas um clamor por uma vida digna, por um Estado presente, protetor e que garanta a todos o direito fundamental de existir.

Foto Divulgação



André Naves é Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; mestre em Econo-

EDITORIAL

Ato de coragem

O Novembro Azul não é apenas uma campanha sobre o câncer de próstata. É, sobretudo, um movimento de conscientização sobre a saúde masculina e sobre a urgência de romper com tabus que ainda custam vidas.

Durante muito tempo, o homem foi educado a acreditar que cuidar da saúde é sinal de fraqueza. Que a dor deve ser suportada em silêncio. Que médico é lugar de quem já está doente. Essa cultura do descuido — alimentada pelo machismo e pelo medo do diagnóstico

— transformou o câncer de próstata em uma das principais causas de morte entre homens no Brasil, apesar de ser uma doença altamente tratável quando descoberta no início.

O Novembro Azul surge como um convite à reflexão e à mudança. Não se trata apenas de usar o laço azul na camisa ou iluminar prédios públicos, mas de promover conversas que salvam. De incentivar pais, filhos, irmãos e amigos a romperem o silêncio e buscarem o acompanhamento médico regular.

A saúde do homem vai muito além da próstata. Envolve hábitos alimentares, prática de exercícios, controle da pressão, do colesterol, da glicemia e, principalmente, o cuidado com a mente — ainda negligenciado por muitos.

É preciso reconhecer que o autocuidado também é uma forma de amor e responsabilidade.

Neste mês de novembro, mais do que campanhas publicitárias, o país precisa reafirmar o compromisso com políticas

públicas voltadas à saúde integral do homem. Centros de atenção especializados, campanhas permanentes de prevenção e ampliação do acesso ao diagnóstico precoce são medidas essenciais para reduzir estatísticas e aumentar a expectativa de vida masculina.

Falar sobre prevenção é falar sobre vida. E enfrentar o preconceito é um ato de coragem — talvez o mais importante que um homem possa ter

EXPEDIENTE

PAUTA
REDAÇÃO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DIRETOR
MAIKON MILAS

DEPTO. COMERCIAL
(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CENTRO OESTE
Popular

CIRCULAÇÃO
CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26
ANOS

CORONEL DIAS- VEREADOR POR CUIABÁ | REDAÇÃO

“Não vou abaixar a cabeça pra ninguém”, afirma parlamentar sobre embate com Chico 2000

A segurança pública voltou ao centro do debate político em Cuiabá. Em meio a discussões sobre o avanço da criminalidade, o papel das apostas online (bets) e os embates dentro da Câmara Municipal, o vereador Coronel Dias (PSD) defendeu a criação de uma Guarda Municipal, criticou a centralização do poder federal nas ações de segurança e alertou para a falta de políticas preventivas voltadas à juventude. O parlamentar também comentou o desentendimento recente com o vereador Chico 2000 e falou sobre o impacto das apostas na vida de famílias cuiabanas. A entrevista completa foi concedida ao programa Roda de Entrevista, que foi ao ar nesta semana, e abordou temas que seguem gerando polêmica e dividindo opiniões dentro e fora do Legislativo.

Foto Divulgação

COPopula- O senhor usou a tribuna da câmara municipal para criticar o ator André De Luca no contexto da operação no Rio de Janeiro. O que exatamente o senhor considera errado ou irresponsável na manifestação feita por ele?

Coronel Dias- Temos que analisar este fato em dois aspectos. Na fala do ator, mas também no contexto geral sobre o que aconteceu. O ator foi muito infeliz, irresponsável, e não tem conhecimento nenhum pra falar algo a respeito disso. Aliás, ele mesmo disse no vídeo que não leu nada, não sabia de nada e apenas se manifestou pela morte dos seus 60 pessoas que morreram no Morro do Rio de Janeiro.

Mas ele colocou no mesmo nível, nesse simples comentário, mas como ele tem grande repercussão, ele tinha aproximadamente 900 mil pessoas que o seguiam. Ele retirou essa postagem e perdeu aproximadamente 100 mil pessoas, 100 mil seguidores. E ele, nessa rasa reflexão que pode induzir as pessoas a uma compreensão errada sobre o que aconteceu, ele induziu as pessoas a entenderem que a polícia agiu e matou por racismo.

E não foi isso que foi mostrado, evidenciado aqui no vídeo que vocês viram. Houve um planejamento, não um planejamento pra morte, mas um planejamento pra cercamento dessas pessoas. Agora, elas não estão lá apenas pra apaziguar ou pra se entregar.

Esses criminosos se encontram em tal situação para o confronto. São pessoas que estão armadas, fortemente armadas, e encontraram outra tropa. Então tem a tropa do BOP e tinha a tropa também dos criminosos.

COPopular- O senhor afirmou que o governo federal tem se omitido diante do aumento da violência e criticou a PEC proposta pelo ministro Ricardo Lewandowski. Que tipo de autonomia o senhor defende para estados e municípios no combate à criminalidade?

Coronel Dias- Eu acho que o governo federal mesmo silenciou, Lula não falou nada até o presente momento. Nós tivemos agora o Lewandowski que apresentou uma proposta de PEC horrorosa que apenas tira a capacidade de autonomia das polícias e dos governos estaduais, querendo concentrar o poder quando, na verdade, o que deveria ser feito ao contrário, deveria delegar essa atribuição aos municípios, constituindo as polícias municipais, constituindo e dando autonomia também às polícias estaduais. E também, vou além disso, para além da autonomia na atuação das polícias, o que nós deveríamos repensar imediatamente é a própria autonomia do Estado federativo, ter autonomia de legislar sobre direito penal, direito processual penal, para ter a perseguição penal mais eficiente.

E assim nós considerarmos a diminuição da criminalidade efetivamente. Ou seja, o que eu estou querendo dizer é que o governador daqui, os deputados, os vereadores estarem mais preocupados e mais ativos no combate e no controle da criminalidade.

COPopular- Vereador, o senhor mencionou a preocupação com o impacto das apostas esportivas, as chamadas bets, e recentemente sancionou uma lei voltada à proteção do consumidor nesse tema. Quais são as principais medidas previstas nessa legislação e de que forma elas devem ser aplicadas em Cuiabá, onde esse tipo de propaganda já está presente até no transporte coletivo?

Coronel Dias- Acredito que as bets são uma atividade que surgiu com o avanço da internet e se popularizou muito por meio dos nossos smartphones. Elas acabaram entrando nos lares brasileiros sem nenhum tipo de orientação ou preparo. Não tivemos uma formação mínima para entender como funcionam esses jogos e, principalmente, quais são os seus malefícios.

Nos últimos cinco meses, eu acompanhei casos muito tristes: cinco mulheres tiraram a própria vida por causa do vício em apostas. Uma delas tinha apenas 32 anos e deixou duas crianças pequenas. Além disso, temos visto muitos homens destruindo seus casamentos, perdendo o patrimônio e se endividando gravemente. Muitos acabam se envolvendo com drogas, álcool e, em alguns casos, até com o crime organizado.

A minha avaliação é que, infelizmente, as bets são uma realidade que veio para ficar. Digo “infelizmente” porque eu, pessoalmente, não concordo com esse tipo de atividade. Mas é algo que já está consolidado não apenas no Brasil, como também no exterior, as bets patrocinam grandes clubes do futebol europeu, eventos esportivos e, aqui mesmo em Cuiabá, vemos propagandas até nos ônibus.

O que ainda não temos é uma política de conscientização sobre o tema. As nossas crianças estão nas escolas, mas não recebem nenhuma informação sobre os riscos e consequências desse tipo de jogo. Por isso, apresentei e consegui aprovar uma lei que garante a divulgação de informações em espaços públicos, justamente para alertar a população sobre os perigos das apostas online.

COPopular- Vereador, a criação da Guarda Municipal em Cuiabá tem gerado debates, inclusive com parte dos policiais militares se posicionando contra a proposta. Qual é o seu posicionamento sobre o tema? E de que forma o senhor avalia a importância da presença da guarda na segurança das escolas municipais, um assunto que o senhor também costuma abordar em suas pautas sobre educação?

Coronel Dias- É importante que a população entenda o que é uma Guarda Municipal. Pela Constituição, ela tem a função de proteger o patrimônio público, como escolas, unidades de saúde e prédios municipais, e não de exercer o policiamento ostensivo, que é atribuição das forças policiais. Há uma discussão nacional sobre transformar as guardas em polícias municipais, o que lhes daria poder de abordagem e combate direto à criminalidade. Em Cuiabá, já existe um modelo de policiamento delegado, com policiais



militares atuando em parceria com a Prefeitura, e isso tem funcionado em parte.

Hoje, temos duas opções: fortalecer esse modelo ou criar uma Guarda Municipal própria. O custo é um fator importante, manter uma guarda custa cerca de um terço do valor do policiamento delegado, mas a decisão depende mais de planejamento e prioridade.

Sou favorável à criação da Guarda Municipal. Quanto mais agentes de segurança tivermos, melhor para a população. Sei que o momento financeiro não é o ideal, mas defendo que o tema seja planejado para os próximos anos. Além disso, acredito que a segurança pública deve ser descentralizada, com mais autonomia para estados e municípios.

COPopular- Vereador, no início do mês, de outubro, houve um desentendimento público entre o senhor e o vereador Chico 2000. Como está a relação entre vocês após o episódio?

O senhor chegou a receber algum pedido de desculpas ou houve algum diálogo para resolver a situação?

Coronel Dias- De fato, esse episódio aconteceu, e considero que a conduta do vereador Chico 2000 foi inadequada. A população não quer ver esse tipo de comportamento. Durante a discussão, ele utilizou palavras de baixo calão, mas preferi manter a calma, já enfrentei situações bem mais difíceis.

O que eu não poderia fazer era simplesmente ignorar. Toda ação tem uma reação, e, nesse caso, protocolei uma representação na Comissão de Ética da Câmara para que a conduta dele seja avaliada. Se houve um excesso, ele terá que responder dentro dos trâmites legais da Casa. No mais, mantenho uma relação institucional com ele, como tenho com qualquer outro vereador. Cumprimento normalmente, olho nos olhos e sigo discutindo os problemas de Cuiabá. Não tenho motivo para abaixar a cabeça diante de ninguém.

DESTAQUE NACIONAL | ANA CAROLINA GUERRA

Mato Grosso consolida liderança nacional no combate ao crime e na valorização das forças policiais

Sob gestão do governador Mauro Mendes e do Coronel César Roveri, o Estado vem se tornando referência em segurança pública e enfrentamento às facções criminosas

Foto Divulgação



A segurança pública de Mato Grosso vive um dos períodos mais estruturados e eficientes de sua história. Sob a liderança do governador Mauro Mendes (União) e do secretário de Estado de Segurança Pública, coronel PM César Augusto de Camargo Roveri, o Estado tem se destacado nacionalmente pelos resultados expressivos no combate à criminalidade, pela integração entre as forças policiais e por uma política de valorização dos servidores baseada em desempenho e resultados concretos.

A cooperação interestadual firmada entre Mato Grosso, Rondônia e Acre representa um marco no enfrentamento ao narcotráfico internacional e ao crime organizado nas regiões de fronteira. O termo de cooperação estabelece protocolos para o compartilhamento de dados, imagens de videomonitoramento e relatórios de inteligência, fortalecendo a atuação conjunta e a agilidade das operações. A iniciativa também prevê o intercâmbio de conhecimento técnico e o uso de tecnologias inovadoras no rastreamento de veículos e na identificação de rotas utilizadas por criminosos.

O secretário César Roveri destaca que o trabalho das forças de segurança de Mato Grosso vai muito além das fronteiras do Estado, contribuindo para a defesa do país. Ele ressalta a importância de programas como o Vigia Mais Mato Grosso, que utiliza inteligência artificial e sistemas integrados para identificar veículos roubados, monitorar movimentações suspeitas e dar suporte às equipes de campo.

Além da integração com outros estados, o governo tem apostado na valorização dos servidores da segurança pública por meio da Premiação Anual por Eficiência e Resultado (PAER/SESP). A iniciativa bonifica policiais, bombeiros e peritos com base em indicadores objetivos, como apreensão de drogas, armas e redução da criminalidade. De acordo com o governador Mauro Mendes, o programa segue um modelo simples e eficaz, em que o servidor que apresenta mais resultados é também o mais valorizado.

A proposta, que já havia obtido sucesso na área da Educação, vem agora transformando a segurança pública em Mato Grosso, estimulando o desempenho das equipes e fortalecendo a política de resultados que tem marcado a atual gestão.

Os resultados são expressivos. Operações integradas realizadas recentemente pelo Grupo Especial de Fronteira (Gefron), Polícia Militar, Polícia Federal e Forças Armadas resultaram na apreensão de toneladas de drogas, aeronaves e veículos, causando prejuízo milionário às facções criminosas. Essas ações reforçam a política de Tolerância Zero contra as Facções Criminosas, que visa descapitalizar o crime organizado e fortalecer a presença do Estado em áreas sensíveis.

Para o coordenador do Gefron, coronel Manoel Bugalho, o sucesso das operações é resultado direto dos investimentos realizados pelo governo estadual em estrutura, tecnologia e valorização profissional.

Segundo ele, o suporte oferecido pela gestão tem sido essencial para assegurar a eficiência das ações nas fronteiras. A combinação de uma estrutura robusta com a integração entre as forças de segurança tem garantido resultados expressivos e contribuído para levar mais tranquilidade à população mato-grossense.

A confiança da sociedade também acompanha esse avanço. Segundo pesquisa do Instituto Percent Brasil, 89% da população mato-grossense confia na Polícia Militar e no policiamento ostensivo. O comandante-geral da PM, coronel Claudio Fernando Carneiro Tinoco, atribui esse reconhecimento ao compromisso do governo com a modernização e à dedicação dos profissionais. Nos últimos anos, a corporação recebeu mais de R\$ 237 milhões em investimentos, destinados à renovação de viaturas, aquisição de armamentos modernos e promoção de militares.

Mato Grosso também é destaque nacional na qualificação dos agentes de segurança. O Estado aderiu ao Projeto Nacional de Qualificação do Uso da Força, do Ministério da Justiça, que estabelece padrões de atuação baseados em normas internacionais, garantindo mais segurança tanto aos profissionais quanto à população. Por meio do programa, centenas de policiais já foram capacitados para o uso adequado de instrumentos não letais, reforçando o compromisso do governo com uma atuação técnica, responsável e humanizada.

Jornal Popular

TRADIÇÃO QUE APURA, JORNALISMO QUE INSPIRA.

BOA LEITURA.



TURISMO E GASTRONOMIA | Maria Cardoso

Mirante das Águas une culinária regional, natureza e hospitalidade em Várzea Grande

De um sonho pessoal a um ponto turístico de destaque, o Mirante das Águas mostra que paixão e inovação podem transformar um espaço em referência gastronômica

Às margens do Rio Cuiabá, em Várzea Grande (MT), o restaurante Mirante das Águas se consolidou como um dos principais pontos gastronômicos e turísticos da região metropolitana. Unindo natureza exuberante, culinária cuiabana e um ambiente acolhedor, o espaço nasceu de um sonho e se transformou em referência para quem busca boa comida e tranquilidade.

A ideia de criar o restaurante surgiu do desejo do proprietário, Marcos Silva, de mudar de vida e investir em um projeto que unisse lazer, natureza e gastronomia.

“Sempre achei que um restaurante e bar, onde se vendesse cerveja e recebessem pessoas alegres, seria uma boa opção de negócio”, conta Marcos.

“Na época, eu era representante de uma empresa multinacional e queria mudar de ramo. Tinha essa chácara de frente para o rio e pensei: por que não transformá-la em um espaço para receber amigos e amantes da culinária cuiabana?”, relembra.

No cardápio, o Mirante das Águas oferece um rodízio de peixes, acompanhado de buffet de saladas, pratos quentes e diversas opções assadas, fritas e grelhadas servidas à mesa. O carro-chefe é o tradicional pacu assado, preparado com sal grosso e temperos regionais. Mais recentemente, o restaurante passou a investir em novidades, como a moqueca cuiabana com arroz de coco, que rapidamente conquistou o paladar dos clientes.

Além da gastronomia, o ambiente é um espetáculo à parte. Com ampla área verde, playground e uma vista panorâmica para o rio, o Mirante das Águas aposta na experiência completa: boa comida, atendimento acolhedor e contato direto com a natureza.

O empresário também destaca o potencial turístico do espaço, que busca atrair visitantes que passam por Cuiabá a caminho do Pantanal ou da Chapada dos Guimarães.

Mesmo enfrentando desafios iniciais, como a distância do centro da cidade, o restaurante conquistou seu público com autenticidade e sabor. Hoje, é um dos destinos mais procurados por famílias e grupos de amigos nos fins de semana, que encontram no local um refúgio ideal para relaxar e saborear a culinária típica da região.

Marcos faz questão de ressaltar que o sucesso do Mirante das Águas é fruto de persistência, qualidade e inovação contínua. Ele também deixa um conselho para quem deseja empreender:

“A dica que eu dou é: conheça bem o que vai fazer. Saiba tudo sobre custos, investimento e tempo de retorno. Tenha capital de giro e não desista. Vá pra cima, invista em mídia e marketing, e acredite no seu sonho”, afirma.

Com a construção do novo píer e a ampliação do espaço, o Mirante das Águas se consolida como um dos principais cartões-postais gastronômicos de Várzea Grande, um lugar onde a tradição cuiabana se encontra com o sabor e a tranquilidade da natureza.

Gastronomia regional e experiências completas

O Mirante das Águas é um restaurante completo, ideal para quem busca gastronomia de qualidade e

momentos especiais. Oferece um ambiente sofisticado integrado à natureza, perfeito para famílias, casais e eventos.

O cardápio valoriza os sabores regionais com ingredientes selecionados e preparos variados. Entre as principais opções estão: rodízio de peixes e rodízio de pizzas; pratos à la carte, executivos e porções; especialidades cuiabanas como pacu no sal grosso, moqueca cuiabana e peixada cuiabana; e opções infantis e sobremesas artesanais.

“A inovação é fundamental. Temos uma boa internet para quem quer trabalhar daqui, pratos novos sendo lançados e agora estamos construindo um píer, para que as pessoas possam chegar de barco, apreciar o pôr do sol e aproveitar o melhor da beira do rio”, explica Marcos.

Com ambiente climatizado, espaço kids, estacionamento gratuito e música ao vivo em dias especiais, o restaurante também realiza eventos corporativos, casamentos, aniversários e confraternizações, com pacotes personalizados e atendimento premium.

Destaques do cardápio
O cardápio do Mirante das Águas é um verdadeiro convite para apreciar o melhor da gastronomia regional com um toque de sofisticação. Entre as porções mais pedidas, estão a Tábua de Frios (R\$ 99,90), perfeita para compartilhar, a Batata Frita com Cheddar e Bacon (R\$ 49,90) e o irresistível Camarão Rosa à Milanesa (300g – R\$ 149,90). As opções de peixes também fazem sucesso, como o Pacu à Palito (400g – R\$ 89,90) e a Ventrecha de Pacu (6 unidades – R\$ 99,90), servidas sempre com o tradicional molho tártaro à vontade.

Para quem prefere uma refeição completa, o restaurante oferece pratos executivos com excelente custo-benefício. Entre eles, a Ventrecha de Pacu (R\$ 89,90), a clássica Mojica de Pintado (R\$ 79,90), o Filé Mignon à Cavalo (R\$ 89,90) e o succulento Espeto de Cachara (R\$ 99,00 para uma pessoa ou R\$ 189,00 para duas).

Os pratos especiais são um espetáculo à parte, com receitas que exaltam o sabor cuiabano e surpreendem o paladar. Destaque para o Pacu no Sal Grosso (R\$ 179,90), o criativo Pacu Pizza (R\$ 189,90), a tradicional Peixada Cuiabana para duas pessoas (R\$ 199,90), a cremosa Moqueca Cuiabana com Arroz de Coco (R\$ 199,90) e a succulenta Picanha Mineira (R\$ 210,00).

Para reunir a família e os amigos, o restaurante também conta com opções em tamanho maior. O Pacu Assado Crocante (médio, grande ou GG – R\$ 499,00) e a Peixada Cuiabana Família (para 3 a 6 pessoas – R\$ 539,90) são ideais para compartilhar, servidos com acompanhamentos tradicionais como arroz branco, farofa de banana, pirão, vinagrete e banana à milanesa.

Os pequenos têm espaço garantido no cardápio infantil, com pratos como Filézinho, Isca de Peixe ou Parmegiana (R\$ 59,90 cada), sempre acompanhados de arroz, salada e batata frita crocante.

Para encerrar a experiência com um toque doce, as sobremesas são irresistíveis: a clássica Banana Flambada (R\$ 30,00), o delicioso Petit Gateau (R\$ 35,00) e o tradicional Pudim Caseiro (R\$ 20,00) completam o menu com sabor e nostalgia.

Foto Divulgação



IRREGULARIDADES | Maykom Millas

Trambique do “grosso”, na LIMPURB, tem grana alta na conta de esposa de ex-secretário na época de EP

Esposa de grandão NA LIMPURB embolsou até 176 mil reais, até hoje polícia tenta localizar grana paga

Foto: Divulgação

Um inquérito da Polícia Federal aponta que Carine Luckman, corretora de imóveis e esposa do ex-secretário de Cuiabá Júnior Leite, recebeu aproximadamente R\$ 176 mil em sua conta bancária, por meio de depósitos feitos pelo empresário Antônio Fernando Ribeiro Pereira, proprietário da LogLab Inteligência Digital Ltda.

A empresa é investigada por supostas irregularidades em contratos firmados entre 2017 e 2022 com a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá.

De acordo com o relatório policial, os valores teriam sido depositados em cheques fracionados, em montantes abaixo de R\$ 50 mil, alguns deles emitidos no mesmo dia, e vinculados a transações imobiliárias de alto padrão, inclusive com registros no exterior.

Carine atua como corretora de imóveis de luxo na capital mato-grossense e, segundo as investigações, não possui vínculo direto com o poder público.

A Log Lab firmou contrato com a Prefeitura de Cuiabá em 2020 para implantar um sistema digital de gestão de dados na rede pública de saúde, com o objetivo de “proporcionar maior eficiência no atendimento aos usuários”, conforme declarou à época o então prefeito Emanuel Pinheiro.

Segundo reportagem publicada pelo portal RB Blog do Berta em 21 de agosto de 2020, o empresário Antônio Fernando Ribeiro Pereira assinou um termo aditivo de R\$ 6,6 milhões com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, apenas 16 dias após deixar a prisão. Ele havia sido detido durante a Operação Negociatas, da Polícia Civil de Goiás, que investiga supostos crimes

contra a administração pública. O caso tramita em segredo de justiça.

Ainda conforme o inquérito da Operação Iterum, a Log Lab continuou recebendo recursos públicos durante o período de intervenção federal na saúde de Cuiabá. Entre março e setembro deste ano, a empresa teria recebido R\$

1,1 milhão em pagamentos indenizatórios, ou seja, sem licitação ou cobertura contratual.

A operação contou com 33 agentes da Polícia Federal e quatro servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), que apuram possíveis crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude em licitações.

A PF identificou que, entre 2017 e outubro de 2022, a Prefeitura de Cuiabá pagou cerca de R\$ 52,8 milhões à Log Lab, sendo R\$ 13,7 milhões provenientes de recursos federais. Entre as irregularidades apontadas estão a ausência de termo de referência e fragilidade nas justificativas técnicas para as contratações.

A Log Lab também possui contratos com órgãos estaduais e do Poder Judiciário de Mato Grosso, como o Tribunal de Contas (TCE-MT), o Tribunal de Justiça (TJMT), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) e o Governo do Estado. De 2020 a 2023, esses contratos somam cerca de R\$ 67 milhões em serviços prestados. Durante as apurações, a PF e a CGU



afirmam ter encontrado incongruências e falta de comprovação da execução de parte dos serviços contratados. A então titular do Gabinete de Intervenção, atualmente se-

cretária de Saúde de Cuiabá, declarou que todos os pagamentos seguiram os trâmites legais e foram realizados mediante comprovação de execução. Em nota, a Prefeitura

de Cuiabá informou que permanece à disposição da Controladoria-Geral da União e das autoridades competentes para prestar todos os esclarecimentos necessários.

ESFERA POLÍTICA | Lucas Leite

“A Assembleia é um poder independente”, afirma Max Russi ao comentar relação com o governo

Parlamentar diz que a Casa atua com autonomia, critica a condução do orçamento e pede diálogo com a Energisa e o governo para resolver gargalos do Estado.

Foto Divulgação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB), reafirmou a independência do Parlamento estadual em relação ao Executivo e destacou que o papel da Casa é atuar de forma autônoma, ouvindo a população e tomando decisões com base no interesse público. Em entrevista concedida à imprensa, o parlamentar abordou temas como a relação com o governo, a condução do orçamento, a situação dos servidores públicos, as críticas à Energisa, a votação do nome do Hospital Central e a preocupação com o avanço das facções criminosas no Estado.

Russi comentou sobre o trabalho da Comissão de Orçamento, conduzido pelo deputado Avalone (MDB), e explicou que o grupo está realizando audiências públicas e discutindo possíveis alterações na peça orçamentária. Ele afirmou que a Assembleia tem o dever de analisar o orçamento de forma técnica e independente, sem subordinação ao Executivo. “A Assembleia não tem obrigação de atender o que o governo deseja. É um poder independente, que precisa fazer sua análise e votar como entender correto. São 24 deputados com autonomia para decidir”, disse.

O presidente ressaltou, no entanto, que o governo tem o direito de fazer seus encaminhamentos e pedidos, e que isso faz parte do processo democrático. “Cabe à Assembleia decidir, e quando eu falo Assembleia, me refiro à maioria dos deputados, que é quem vai definir os rumos tanto do orçamento quanto dos projetos em pauta”, completou.

Entre os temas debatidos recentemente, Russi destacou o protesto dos servidores públicos pela recomposição salarial e disse que a Assembleia tem buscado manter um diálogo constante com as categorias. Segundo ele, o Parlamento tem feito o papel de

mediador, mas não pode impor decisões ao governo. “A Assembleia tem estado de portas abertas, recebendo os servidores e encaminhando seus pedidos ao governo. Mas o atendimento depende do secretário e do governador”, explicou, citando o secretário de Planejamento, Basílio Bezerra.

Russi também mencionou que a Casa vai realizar uma comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público, ocasião em que deverão ser anunciados alguns benefícios aos servidores da ALMT. Ele lembrou ainda que está na pauta a votação do decreto que amplia o limite de descontos em empréstimos consignados e afirmou esperar que a aprovação ocorra ainda nesta semana. “Pedi que o deputado Wilson incluisse os servidores do Legislativo para que também fossem beneficiados. É uma pauta justa”, afirmou.

O presidente reconheceu que há dúvidas sobre descontos indevidos em alguns contratos e defendeu que as empresas que não cometeram irregularidades não devem ser prejudicadas. “Algumas instituições agiram corretamente e não podem ser punidas por erros de outras. Essa separação é importante para que inocentes não sejam penalizados”, disse.

Entre as críticas mais contundentes, Max Russi voltou a se posicionar contra a postura da Energisa, concessionária responsável pelo fornecimento de energia em Mato Grosso. Ele concordou com as declarações do deputado Eduardo Botelho (União), que acusou a empresa de evitar o debate com a Assembleia e de tentar negociar apenas em Brasília, com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ministério de Minas e Energia. “É lamentável. A Energisa quer discutir apenas em Brasília, dentro de uma sala com duas ou três pessoas que não conhecem a realidade de Mato Grosso. Nós,

deputados, estamos no interior, ouvindo prefeitos, vereadores e a população, que reclama diariamente da falta de qualidade e da ausência de investimentos”, afirmou.

Russi relatou que a precariedade do fornecimento de energia tem afetado diretamente o desenvolvimento de regiões inteiras. Ele citou exemplos de municípios como Juscimeira, Dom Aquino e Gaúcha do Norte, onde empresas têm sofrido prejuízos por causa da oscilação elétrica. Também mencionou o caso da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Cáceres, onde uma grande empresa desistiu de se instalar devido à incapacidade da rede local de atender à demanda. “A energia está travando o nosso desenvolvimento.

Não podemos renovar a concessão por mais 30 anos sem discutir com a população e sem exigir novos investimentos. Se cruzarmos os braços agora, seremos culpados por omissão”, alertou.

O deputado revelou ter levado o assunto pessoalmente ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin (PSB), durante uma visita do político a Mato Grosso. “Fiz esse pedido ao presidente Alckmin porque ele tem o poder da caneta. A energia é um gargalo que precisa ser resolvido com urgência”, afirmou.

Russi também falou sobre a votação que definirá o nome do novo Hospital Central de Mato Grosso, obra aguardada há décadas pela população. O tema gerou polêmica entre os parlamentares, que apresentaram 11 propostas diferentes de homenagens. “São todos nomes importantes. Defendo que cada ala do hospital pudesse homenagear uma dessas pessoas e que o nome geral permanecesse Hospital Central de Mato Grosso. Mas o consenso é difícil, e a maioria vai decidir”, avaliou.



Ao ser questionado sobre a segurança pública e o avanço das facções criminosas no Estado, Max Russi demonstrou preocupação e cobrou mais investimentos no setor. “As facções estão tomando espaço, não só na capital, mas também no interior. É preocupante. Quanto mais crescerem, mais difícil será combater. É preciso agir agora, com firmeza”, disse.

Para o presidente da Assembleia, o enfrentamento da criminalidade, assim como os desafios na infraestrutura e na energia, depende de planejamento, responsabilidade e diálogo entre os poderes. Em tom equilibrado, Max Russi procurou reafirmar sua postura de independência política, mas também de abertura ao diálogo institucional. “O papel da Assembleia é cobrar, propor e representar a sociedade, sem se submeter, mas também sem romper o diálogo”, concluiu.

IMUNIZAÇÃO | Maria Cardoso

Mato Grosso intensifica ações contra o sarampo após baixa cobertura vacinal e novos casos suspeitos

Com índices de imunização infantil abaixo da meta nacional, prefeituras intensificam campanhas, ampliam postos itinerantes e reforçam a vacinação “dose zero” para proteger crianças

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) e as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande intensificaram as ações de vigilância e vacinação contra o sarampo, após o registro de novos casos suspeitos e a constatação de baixa cobertura vacinal nas duas principais cidades do estado.

De acordo com dados divulgados pela Prefeitura de Cuiabá, até outubro de 2025 não há casos confirmados de sarampo na capital mato-grossense. Entretanto, o estado mantém dois casos sob investigação, um deles possivelmente em Cuiabá.

“A vigilância epidemiológica está em alerta. Mesmo sem confirmações, a baixa imunização aumenta o risco de reintrodução do vírus”, destacou a Secretaria Municipal de Saúde em nota oficial.

Em Várzea Grande, cidade vizinha à capital, seis notificações de sarampo foram registradas em 2025. Segundo informações, cinco já foram descartadas e um caso segue em investigação, envolvendo uma criança de 9 anos. No estado como um todo, a SES-MT confirmou quatro casos positivos neste ano, todos no município de Primavera do Leste, a cerca de 230 km de Cuiabá.

O principal desafio enfrentado por Cuiabá e Várzea Grande é o baixo índice de vacinação infantil, considerado insuficiente para garantir a imunidade coletiva exigida pelo Ministério da Saúde, que recomenda 95% de cobertura para as duas doses da vacina tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba).

Em Cuiabá, os dados mais recentes (agosto de 2025) apontam que a primeira dose da vacina foi aplicada em 77,7% das crianças de 1 ano, enquanto a segunda dose atingiu apenas 56,07% do público de 1 a 3 anos.

Já em Várzea Grande, os índices são um pouco melhores, mas ainda abaixo da meta: 88% de cobertura para a primeira dose e 65% para a segunda.

Para conter o risco de surto, as prefeituras reforçaram a oferta de imunização em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e lançaram ações especiais, como postos itinerantes em shoppings, escolas e no Aeroporto Marechal Rondon.

Além disso, o estado implantou a chamada “dose zero”, destinada a crianças de 6 a 11 meses, uma estratégia extra que não substitui as doses regulares, mas aumenta a proteção em períodos de maior risco.

O sarampo é uma doença viral altamente contagiosa, transmitida pelo ar por meio de gotículas respiratórias. Os principais sintomas incluem febre alta, tosse seca, manchas avermelhadas pelo corpo, conjuntivite, irritação ocular, mal-estar e falta de apetite.

Especialistas alertam que mesmo os casos leves podem causar complicações graves, especialmente em crianças pequenas e pessoas não vacinadas.

Para evitar o contágio, as autoridades recomendam verificar a carteira de vacinação e garantir as duas doses da tríplice viral, manter a higiene frequente das mãos e evitar contato com pessoas com sintomas gripais.

As secretarias também reforçam que é de extrema importância que a pessoa com suspeita de contaminação procure atendimento médico caso apresente qualquer sinal de febre, mesmo que baixa, e manchas na pele.



Além disso, é indicado que as crianças com esses sintomas não frequentem a escola até que a hipótese de sarampo seja descartada por um profissional de saúde. Durante esse período, o isolamento é essencial.

Vale lembrar que o Brasil foi declarado livre do sarampo pelo Ministério da Saúde em 2016, mas perdeu o certificado em 2019 devido à queda na cobertura vacinal e ao retorno de casos importados.

Agora, as autoridades de Mato Grosso reforçam que a vacinação é a única forma eficaz de prevenção e essencial para impedir novos surtos.

“O vírus do sarampo continua circulando em países vizinhos e pode chegar facilmente por meio de viagens.

É fundamental que todos estejam protegidos”, alerta a SES-MT em comunicado.

Em Cuiabá, todas as Unidades Básicas de Saúde aplicam a vacina tríplice viral de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Em Várzea Grande, a vacina está disponível em todas as unidades municipais de saúde e em pontos itinerantes, conforme cronograma semanal da Secretaria Municipal.

FALHAS NA FISCALIZAÇÃO | Ana Carolina Guerra

Wilson Santos propõe responsabilização de pais e responsáveis por uso indevido de linha de pipa chilena

Após a morte de uma criança de 9 anos, guarda municipal inicia operação de combate e conscientização

O uso de linha chilena, popularmente conhecida como cerol, voltou a ser alvo de debate em Mato Grosso após a morte trágica do menino Davi Almeida Franco, de 9 anos, atingido no pescoço por uma linha cortante enquanto andava de bicicleta no bairro Cristo Rei, em Várzea Grande. A prática, proibida por lei em todo o estado, continua fazendo vítimas e levanta questionamentos sobre a eficácia da fiscalização e a necessidade de medidas mais rigorosas para coibir o uso e a comercialização desse material.

O cerol é uma mistura de cola com vidro moído ou metais finos, usada para deixar a linha de pipa cortante. Já a linha chilena, ainda mais perigosa, é composta por pó de quartzo e óxido de alumínio, substâncias que a tornam até quatro vezes mais cortante. Ambas são proibidas por lei e têm causado acidentes fatais com motociclistas, ciclistas, pedestres e até aves, transformando uma brincadeira infantil em uma prática de alto risco.

A legislação estadual que proíbe a fabricação, comercialização e uso de cerol foi sancionada em 2008, pelo então governador Blairo Maggi, e prevê multa de 10 Unidades Padrão Fiscais (UPFs), o equivalente a R\$ 2.524,60 para quem for flagrado com o material. Em caso de reincidência no período de dois anos, o valor dobra para R\$ 5.049,20. Se o infrator for menor de 18 anos, o responsável legal responde pela infração. Apesar da norma, o número de ocorrências relacionadas ao uso de linhas cortantes tem aumentado no estado: segundo o Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, foram 14 casos registrados em 2024, contra apenas um no ano anterior.

A tragédia que vitimou Davi ocorreu em um domingo à tarde, próximo à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Cristo Rei. A criança pedalava pela via quando foi atingida por uma linha com cerol. O ferimento no pescoço foi profundo, e o menino morreu antes da chegada do socorro. Ao lado do corpo, duas pipas foram encontradas. O local foi isolado para perícia, e a Polícia Civil investiga o caso.

O episódio levou o deputado estadual Wilson Santos (PSD) a apresentar um projeto de lei que amplia a responsabilização de pais, mães ou responsáveis por menores flagrados utilizando linhas cortantes. A proposta determina que, na primeira ocorrência, o menor será encaminhado ao Conselho Tutelar, que notificará os responsáveis em até 24 horas para uma advertência. Em caso de reincidência, os responsáveis poderão ser multados e encaminhados para programas educativos de orientação familiar.

Em plenário, o parlamentar lamentou a morte da criança e criticou a falta de fiscalização no município.

“Quero me solidarizar com a família do garoto, vítima de uma linha chilena com cerol. Imagino a dor que esse menino sofreu. É uma tragédia, uma vida perdida de forma tão absurda, por motivos fúteis e banais. Várzea Grande tem guarda municipal. Onde estavam que não viram isso?”, declarou.

Após a repercussão do caso, a Guarda Municipal de Várzea Grande iniciou a Operação Céu Azul, com foco na fiscalização e conscientização sobre o uso e a venda de linhas cortantes. A ação combina apreensões, visitas a comércios e campanhas educativas para alertar sobre os riscos e consequências legais da prática.

O perigo das linhas de pipa com cerol pode atingir qualquer pessoa. Um exemplo é o do empresário Hebert Sampaio, que pilotou motos por 20 anos e sobreviveu a um grave acidente provocado por linha cortante. O caso ocorreu há cerca de 15 anos, quando ele trabalhava no Rio de Janeiro como analista de telecomunicações. O empresário conta que, desde então, carrega a marca do acidente e uma lembrança permanente do risco.

Segundo o Brazilian Kite Club, cerca de 10 pessoas morrem todos os anos no Brasil em acidentes envolvendo linhas com cerol. Já a Associação Brasileira de Motociclistas estima que mais de



Divulgação

500 acidentes anuais tenham relação direta com esse tipo de material, sendo mais da metade com sequelas permanentes, como mutilações e cicatrizes. O período de maior incidência é durante as férias escolares, quando cresce o número de pipas nas ruas e, conseqüentemente, o uso de linhas cortantes.

Para motociclistas, a principal recomendação de segurança é o uso da antena corta-linha, que pode evitar ferimentos fatais. Em caso de acidente, a orientação é cobrir a região ferida com um pano limpo, fazer leve pressão e acionar o SAMU ou o Corpo de Bombeiros.

Diante da falta de fiscalização e de leis mais eficazes, o Senado Federal aprovou um projeto de lei que proíbe a fabricação, comercialização e uso do cerol em todo o país, com exceção para fins industriais, técnicos ou científicos, e endurece as penalidades. A proposta prevê detenção de um a três anos, multas que podem ultrapassar R\$ 2 mil, cassação do alvará de funcionamento de estabelecimentos flagrados vendendo o produto

e, em caso de reincidência, o dobro da penalidade. Se o infrator for menor de idade, o responsável legal poderá ser multado em até 40 salários mínimos.

O idealizador da campanha “Cerol Não”, Robson Moraes Almeida, ressaltou a importância de aprimorar a legislação e fortalecer as ações de prevenção contra o uso de linhas cortantes. Segundo ele, a existência de brechas legais, que em alguns casos proíbem o uso, mas não a venda ou o transporte do material, dificulta o combate efetivo ao problema. Almeida defende uma legislação mais abrangente e uma fiscalização contínua, aliadas a campanhas permanentes de conscientização, como forma de evitar novas tragédias.

Em Mato Grosso, a discussão também mobiliza as autoridades locais. A Prefeitura de Várzea Grande informou que, embora o município ainda não possua uma legislação específica sobre o tema, deve lançar uma campanha educativa voltada à conscientização de jovens e famílias sobre os riscos do uso de linhas cortantes.

SENDO PERSEGUIDO | Ana Carolina Guerra

Ex-presidente afirma que atual gestão da Unimed financiou ações para difamá-lo

Rubens de Oliveira afirma ser alvo de campanha difamatória e diz que atual diretoria é investigada pela Polícia Federal

O ex-presidente da Unimed Cuiabá, Rubens de Oliveira, ampliou as críticas à atual gestão da cooperativa, presidida por Carlos Eduardo Bouret, e afirmou ser vítima de uma campanha de perseguição e difamação.

Em entrevista, Rubens acusou o atual dirigente de manipular informações com o objetivo de atribuir à administração anterior a responsabilidade por supostos prejuízos e irregularidades que, segundo ele, “jamais foram comprovadas pelas autoridades competentes”.

De acordo com Rubens, a atual diretoria tem apresentado balanços financeiros negativos para transferir toda a responsabilidade à gestão passada. Ele destacou que nem a Polícia Federal nem o Ministério Público validaram as acusações feitas por Bouret.

Rubens também declarou que o presidente e outros membros da atual diretoria são investigados pela Polícia Federal, e que haveria suspeitas de contratação irregular

de delegados federais da ativa para respaldar acusações contra ele. “Eles dizem que houve validação das acusações, mas isso não é verdade. O caso ainda está sob perícia dentro da Polícia Federal, e até o momento não há qualquer conclusão que me incrimine. Pagaram cerca de R\$ 3 milhões para esses delegados atuarem em favor da Unimed. Isso é uso indevido de agentes públicos para benefício próprio”, afirmou.

Além das denúncias de abuso de poder, o ex-presidente disse que a atual gestão vem descumprindo deliberações de assembleia, como a decisão que proíbe a venda do hospital da cooperativa, e conduzindo as ações administrativas de forma pouco transparente.

Segundo ele, há um movimento crescente entre cooperados pela destituição da diretoria, sob alegações de má gestão e possíveis irregularidades, e o pedido formal para a retirada da atual administração deve ser protocolado nos próximos dias. Rubens também

relatou sofrer perseguição pessoal e profissional desde que deixou o cargo. Médico patologista, ele afirmou que seu laboratório, o LAPAT, foi descredenciado da rede da Unimed e perdeu parceiros comerciais por influência da atual direção.

“Descredenciaram meu laboratório e pressionaram parceiros a não encaminhar mais exames. Tive que montar um laboratório fora do estado, mas até lá tentaram me impedir de trabalhar”, relatou.

O ex-presidente afirmou ainda que Bouret teria solicitado benefícios pessoais durante o período em que ele presidia a cooperativa, incluindo pedidos de adiantamentos financeiros e contratações de familiares. Segundo Rubens, atas públicas comprovam essas solicitações, o que, em sua avaliação, demonstra comportamento inadequado por parte do atual dirigente. Rubens disse estar determinado a expor os fatos e defender sua reputação. Para isso, ingressou com ações judiciais contra Bou-

ret por denúncia caluniosa, após ter sido acusado de furtar um notebook nas dependências da Unimed. Ele afirmou que comprovou que o fato nunca ocorreu e que o atual presidente responde a processo por calúnia em trâmite na Polícia Civil.

De acordo com Rubens, outras cinco pessoas que atuaram nas áreas jurídica e executiva da cooperativa também ingressaram com ações contra Bouret, alegando terem sido alvo de perseguições e acusações infundadas. “Provei que isso nunca aconteceu, e agora ele responde por calúnia. Esse processo está em andamento. Essa gestão vem causando prejuízo institucional e pessoal, e é preciso transparência para restabelecer a confiança dos cooperados”, concluiu.

A Polícia Federal segue investigando as denúncias, e até o momento nenhum dos envolvidos foi formalmente acusado. A assessoria de Carlos Eduardo Bouret foi procurada, mas não se manifestou até o fechamento desta edição.



Foto Divulgação



CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641